APROVADA EM 16/09/2020 ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE DIRETORIA DO COMITÊ DA BAÍA DE GUANABARA E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUA – CBH- BG. GRAVAÇÃO DISPONÍVEL – No dia 20 de julho de 2020, às 14h, deu-se a Reunião Extraordinária da Diretoria do CBH-BG por videoconferência com a seguinte pauta: **1) Considerações do Macroprograma Monitoramento; 2) Considerações do Macroprograma Educação Ambiental; 3) Considerações do Macroprograma Infraestrutura Verde; 4) Escritório de Projetos; 5) Equipe de Trabalho do Contrato de Gestão.**

**1) Considerações do Macroprograma Monitoramento:** A reunião teve início com a palavra da presidente Christianne Bernardo da Silva que questionou se todos os diretores leram os arquivos enviados e se haviam dúvidas. Não foram apontadas dúvidas sobre este Macroprograma por parte da Diretoria Colegiada. Christianne Bernardes pediu que os diretores da antiga gestão se manifestassem quanto ao Macroprograma de Monitoramento. Marcos Lacerda do Instituto Terrazul manifestou que há dúvidas quanto ao orçamento, não sabendo se o valor representando no Quadro Síntese de Macroprogramas se encontra atualizado. Marcos Lacerda também questionou quanto à minuta do convênio, afirmando que ainda não recebeu uma cópia em que consta o CBH-BG como interveniente. Leandro Guerra da Secretaria Executiva colocou que o contrato passou por nova reformulação e não estava disponível ainda. Marcos Lacerda levantou que o fluxo em que o contrato só é disponibilizado após passar pela sede da secretaria executiva não é o adequado, tendo em vista que anteriormente é necessária a contribuição da diretoria colegiada, sendo encaminhada depois ao jurídico da Agevap. Christianne Bernardo concordou com as contribuições levantadas por Marcos

**2) Considerações do Macroprograma Educação Ambiental**: Quanto o Macroprograma Educação Ambiental, Christianne Bernardo pontuou que segundo documentação recebida, constava a pendência de validação do subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas. Mayná Coutinho da CEDAE, a pedido de Vera Chevalier, levantou apontamentos sobre o subcomitê e encaminhou no chat da reunião as ponderações levantadas e já encaminhadas. Raquel Cruz questionou se não seria possível a inclusão de item de educação ambiental no edital de monitoramento, sendo esclarecido que em virtude da verba não seria possível no momento. Leandro Guerra esclareceu que foi definido

anteriormente que a educação ambiental formal só irá considerar entidades públicas. Mayná Coutinho afirmou que o posicionamento de Leandro está correto, havendo um equívoco na elaboração do texto por parte do subcomitê. Vera Chevalier foi indicada pela diretoria para realizar o acompanhamento como dos projetos de educação ambiental.

**3) Considerações do Macroprograma Infraestrutura Verde:** Marcos colocou que sempre há prorrogação dos contratos e que isto deveria ser esclarecido. Laura Pantaleão informou que quem elaborou o Termo de Referência foi a Ana, que se encontra de férias, mas que acredita que isto é uma norma interna para trâmites da Agevap. Marcos afirmou que é necessário que seja reformulada a forma de pagamento, de maneira que pagamento e entrega de produtos sejam alinhados.

**4) Escritório de Projetos:** Neste item foi realizada a leitura da Carta nº01/2020 do subcomitê Leste por Maria Aparecida Resende, em que consta a solicitação da coordenação que seja mantido o funcionário Carlos Frederico da Silva na vaga de especialista administrativo do Escritório de Projetos. Foi solicitado por Kleiton Gomes que fosse apresentada a ata do dia 11 de novembro de 2019, linhas 59 a 62 em que consta que a diretoria colocou que poderia haver mobilidade dos membros do Contrato de Gestão para o Escritório de Projetos. Marcos Lacerda afirmou que isto não representava uma autorização para mobilidade do funcionário e solicitou que fosse encaminhado o áudio da reunião. Kleiton Gomes esclareceu que buscou embasamentos materiais e objetivos para o posicionamento da Agevap. Christianne Bernardo ressaltou que gostaria que este assunto fosse solucionado com o André Marques da secretaria executiva e que o desempenho do funcionário Carlos Frederico da Silva não estava em questionamento. Paulo Cardoso e Izidro Arthou expressaram seu contentamento com o desempenho do funcionário Carlos Frederico, ressaltando que ele realiza um excelente trabalho, não cabendo a ele uma penalização tendo em vista que a responsabilidade por ter mudado de contrato não é do funcionário. Mayná Coutinho corroborou as falas de Paulo e Izidro, pontuando mais uma vez que Carlos Frederico sempre assessorou no que foi necessário, não medindo esforços para realizar o atendimento. Christianne Bernardo informou que solucionará a questão junto a André Marques e buscará a melhor solução para todos os subcomitês e os funcionários. Sobre os Relatórios de Territorialidade, deve ser informado por email que as contribuições sejam realizadas até o dia 07 de agosto, tendo em vista que posteriormente haverá a avaliação do Relatório por parte do GTAEP.

Mayná Coutinho sugeriu que os coordenadores tentem resgatar o histórico do que já foi enviado à coordenação anterior e provoquem os membros a encaminharem suas contribuições em prazo anterior ao dia 07 de agosto para compilação dos dados. Foi estabelecido que deve ser solicitado ao GTAEP que também encaminhe suas contribuições sobre os Relatórios, posteriormente sendo realizada uma reunião com o GT, diretores e coordenadores.
Foi definido que o item 5 deveria ser tratado na próxima reunião.

**Encaminhamentos:**

1) Enviar o orçamento atualizado do Macroprograma Monitoramento;
2) Enviar a minuta do contrato de acordo com a Resolução nº84 do CBH-BG;
3) Diretor responsável pela área e o coordenado ou um membro indicado por ele definirão parâmetros junto ao técnico da secretaria executiva para avaliação dos projetos;
4) Refazer cronograma físico financeiro inserindo data pagamento dos valores e entrega dos produtos;
5) Responder sobre os 60 dias além do prazo dos 180 dias;
6) Enviar os Macroprogramas de Infra Verde do Oeste e CLIP para toda a diretoria;
7) Encaminhamento do áudio da reunião do dia 11.11.20 para a diretoria antiga e atual;
8) Enviar email determinando dia 07/08/2020 o prazo para apreciação/contribuições ao Relatório de Territorialidade.
9) Solicitar final no julho ao GTAEP as colaborações ao Relatório de Territorialidade e encaminhar a toda diretoria e coordenadores.

**Participantes:**

Christianne Bernardo da Silva – 57ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Presidente; Paulo Cardoso da Silva – Associação Livre de Aquicultura e Pesca de Itaipuaçu - ALAPI – Vice-presidente; Vera Maria de Rossi Chevalier – Associação Projeto Lagoa de Marapendi - Ecomarapendi – Diretora Administrativa; Raquel Cruz – Diretora Secretária – Prefeitura de Niterói – Administração da Região Oceânica; Maria Aparecida Resende – Prefeitura Municipal de Magé – Diretora Técnica; AGEVAP – Carlos Frederico da Silva – Especialista Administrativo; AGEVAP – Carlos Rogério Torres – Especialista Administrativo; AGEVAP – Carolina Martins – Especialista Administrativa; AGEVAP – Kleiton Gomes – Gerente de Recursos Hídricos; AGEVAP –

Leandro Guerra – Especialista em Recursos Hídricos; AGEVAP – Patrick Souza – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Lohana Souza – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Gabriel dos Santos – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – João Coimbra – Especialista em Recursos Hídricos, AGEVAP – Laura Pantaleão – Especialista em Recursos Hídricos; AGEVAP – Paulo Ribeiro – Especialista em Recursos Hídricos; Izidro Arthuo – Movimento Pró-Restinga; Marcos Lacerda – Instituto Terrazul; Mayná Coutinho Morais – CEDAE.

CHRISTIANNE BERNARDO DA SILVA

**Presidente**